

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM - 2022

NOTAS EXPLICATIVAS

NÚMERO DE ORDEM	NOTA
1	<p>PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e as Resoluções do tribunal de Contas do Estado do RN. As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil que o Município utiliza, e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis dos entes integrantes ao Município de Parnamirim. As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público. A Moeda funcional é o Real. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO No setor público, de acordo com o MCASP, o regime orçamentário reconhece a despesa orçamentária no exercício financeiro da emissão do empenho e a receita orçamentária pela arrecadação, de acordo com a Lei 4.320/64. 10. O orçamento apresentado se refere ao exercício de 2022, com dados consolidados e encerrados em 31/12/2022. No exercício de 2022, o total de receita realizada foi R\$733.030.790,30, composta em sua maioria por Transferências Correntes e em segundo lugar por Receita Tributária, referente a Receita Corrente arrecadada houve um superávit de 9,42% em relação a Receita Prevista, em relação a Receita de Capital aconteceu um déficit de 82,63% em relação a previsão para o ano de 2022, no montante houve um déficit de Receita Arrecada em relação a Previsão atualizada de 9,53%. Ressaltamos que foi concedido Benefício Fiscal conforme prevê a Lei Ordinária Nº 2.206, de 29 de dezembro de 2021 - LDO de Imposto Sobre Serviço a empresa Teleperformance CRM S/A de CNPJ 06.975.199/0025-27, cujo benefício foi revertido e compensado em empregos a população do município. Vale destacar que foi constatado que foram lançados os valores do ISS pelo valor líquido de 2% importado em R\$3.175.401,56 valor este devidamente pago, contudo encontramos ausência do lançamento da concessão de benefício de 3% equivalentes a R\$4.763.102,54, não constando no mapa de receita, a qual foi solicitada para o ano de 2023 a inclusão no mapa de receita dos valores concedidos a título de benefício para devida contabilização. No mesmo contexto acima, observar parecer da Secretaria Municipal de Tributação em relação a isenção de IPTU, conforme descrição: A isenção tributária é um instrumento de política econômica utilizada pelo município de Parnamirim para incentivar o investimento e a geração de empregos. Essa medida pode ter uma finalidade social muito importante, já que a criação de empregos é um dos principais meios para combater a pobreza e a desigualdade. Quando uma empresa recebe uma isenção fiscal de IPTU em nosso município, há uma contrapartida, pois a intenção é que ela tenha mais recursos disponíveis para investir em seu negócio e expandir suas operações. Isso leva à criação de novos postos de trabalho para os cidadãos da cidade, melhorando as condições de trabalho dos funcionários existentes. As empresas isentas de IPTU em Parnamirim no exercício 2022 foram: Exercício CNPJ IPTU Isento 2022 26.727.302/0001-50 R\$ 37.302,00; 2022 02.557.829/0001-15 R\$ 115.082,59 2022 10.724.474/0001-30 R\$ 20.812,35 Em relação ao saldo evidenciado em despesas orçamentárias, 78,23% da Dotação Atualizada foi liquidada. Já do total de Despesa Liquidada, 51,17% é referente a pessoal e encargos sociais (despesas obrigatórias) e 48,83% são inerentes a despesas discricionárias, sendo 40,57% referentes a despesas correntes e 8,26% a despesa de capital. No geral, houve um total de Despesas Empenhadas de R\$751.712.020,88, ocasionando um déficit orçamentário de R\$18.681.230,58 no ano em relação a Receita Realizada</p>
2	<p>BALANÇO FINANCEIRO Nesta parte do Balanço Financeiro, em relação aos Ingressos, destaca-se o aumento de inscrição de despesas em Restos a Pagar, de R\$ 40.466.910,48 inscritos em 2021 para R\$ 65.250311,78 inscritos em 2022, destes 72,49% de Restos a Pagar Não Processados, ocasionados de passivos como obrigações trabalhistas com vencimentos no ano seguinte e de passivos reconhecidos após data de encerramento das liquidações, seguindo o Decreto de encerramento de Exercício, não havendo tempo hábil para a realização dos respectivos pagamentos. Observar Decreto Municipal de Encerramento de Exercício nº6.955 de 23 de novembro de 2022. Quanto aos dispêndios, o Balanço Financeiro do Município apresenta o total de despesas orçamentária de R\$751.712.020,88 como podemos observar especialmente na linha que apresenta os dispêndios com recursos Vinculados. O aumento nos valores de Caixa e Equivalentes de Caixa decorre do aumento de recebimentos Extraorçamentários em relação ao exercício de 2020, está comprometida com estas despesas já empenhadas e que estão pendentes de pagamento. Resultando no saldo para o exercício seguinte de R\$128.068.166,85, aumento de 20,52% em relação ao ano anterior.</p>
3	<p>BALANÇO PATRIMONIAL Caixa e Equivalentes de Caixa Na conta Caixa e Equivalentes de Caixa se encontram os recursos financeiros para aplicação nas operações da entidade. Nota-se que houve um aumento dos recursos disponíveis em 2022 em comparação com os valores de 2021, este aumento é decorrente de recebimentos Extraorçamentários. Imobilizado Bens Móveis Os bens móveis correspondem aos bens adquiridos, doados ou produzidos internamente. Esses bens são registrados e gerenciados pela Secretaria Municipal de Administração, a qual realiza seus tombamentos. Neste ano de 2022 houve uma variação aumentativa de 16,86% em relação ao ano anterior. Bens Imóveis. Os bens imóveis correspondem, em sua maioria, aos bens de uso pelo município. Esses bens foram inicialmente registrados pela Secretaria de Tributação e são utilizadas e mantidas pelas diversas Secretarias. Neste ano de 2022 houve uma variação aumentativa de 7,60% em relação ao ano anterior. Ativo Realizável a Longo Prazo Compreende os valores a receber por demais transações, com vencimento no longo prazo. Destaca-se a Dívida Ativa Tributária, com uma queda expressiva em 2022 de 35,61% em relação ao ano de 2021. Vale ressaltar a Lei Municipal 2.218/2022 que autorizou o Município a não ajuizar execuções fiscais de débitos de pequeno valor, cancelar e extinguir débitos alcançados pela prescrição. Passivo Realizável a Longo Prazo Houve uma variação significativa das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais de R\$25.316.965,09 para R\$46.069.671,87 um aumento de 81,87%. Como também nos Empréstimos e Financiamentos de R\$20.764.101,88 para R\$43.073.401,87 um aumento um aumento de 107,44%, este segundo proveniente de liberação de Financiamento através do Contrato nº. 0599022-39, assinado em 01/10/2021, com carência de 24 meses no valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais). Apenas em 2022 houve liberação de recursos no valor de R\$22.487.401,87, destes foram utilizados e pagos o montante de R\$7.487.401,87, conforme preconiza o Financiamento. Também foram pagos em 2022 os juros sobre o financiamento no valor de R\$1.839.097,13.</p>
4	<p>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS A Demonstração das Variações Patrimoniais, exigida pela Lei nº 4.320/64, tem o objetivo de evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. Essas alterações são reconhecidas pelo regime de competência, sendo que serão aumentativas, quando for provável que os benefícios econômicos ou potencial de serviços fruirão para a entidade, ou diminutivas, quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços da entidade. Do saldo evidenciado em variações patrimoniais aumentativas (VPA), a maioria é referente às Transferências Inter Governamentais recebidas para execução do orçamento. Não havendo um ganho expressivo em nenhuma variação entre o ano de 2021 para o ano de 2022. Quanto às variações patrimoniais diminutivas (VPD), os saldos mais expressivos são referentes às despesas obrigatórias com pessoal ativo e encargos (37,07%), seguido por despesas de serviços prestados para a entidade (20,72%). Ocasionalmente um Resultado Patrimonial do Período de R\$227.047.796,05 negativos. Já referente a Desincorporação de Ativos houve um saldo expressivo de 22,51% em relação ao total da VPD, importante destacar o aumento da desincorporação de ativos de R\$18.434.573,38 em 2021 para R\$226.859.843,50 no ano de 2022, aumento de R\$208.425.270,12, a referida importância foi ocasionada pela Lei Ordinária Nº 2.218, De 05 De Janeiro De 2022, que autorizou o município a Não Ajuizar Execuções Fiscais De Débitos De Pequeno Valor, Cancelar e Extinguir Débitos Alcançados Pela Prescrição, e dá Outras Providências.</p>
5	<p>DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA No Demonstrativo da Dívida Fundada Interna, vale destacar a emissão de precatórios pelo Tribunal de Justiça e Tribunal Regional do Trabalho com vencimento a partir 2023, conforme dados prestados pela Procuradoria Geral do Município e todos com vencimento em 2022 foram pagos. Vale destacar que o Município realizou um financiamento com a Caixa Econômica Federal através do Contrato nº. 0599022-39, assinado em 01/10/2021, com carência de 24 meses no valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais). Apenas em 2022 houve liberação de recursos no valor de R\$22.487.401,87, destes foram utilizados e pagos o montante de R\$7.487.401,87, conforme preconiza o Financiamento. Também foram pagos em 2022 os juros sobre o financiamento no valor de R\$1.839.097,13. O Município também obtém um parcelamento PREM Previdenciário com a Receita Federal cujo montante como saldo a pagar no fim de 2022, importou-me em R\$20.953.978,59 que junto com o Financiamento Prosaneamento e Financiamento Finisa descrito acima, compõem 68,04% do valor total da Dívida Fundada Interna. O município não possui Dívida Ativa Externa, conforme Declaração contida nos anexos das Contas de Governo.</p>
6	<p>DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE Relevante destacar os valores de Restos a Pagar cujo saldo do exercício anterior foi de R\$69.898.097,34, com baixas durante o ano de 2022 no montante de R\$29.969.867,28, as novas inscrições foram no valor de R\$65.250.311,78 com saldo atual totalizando em R\$105.178.541,84. Os Depósitos de Diversas Origens tiveram seu saldo final em 2022 o valor de R\$52.042.051,37 que trata-se das Retenções- extras orçamentários provenientes das folhas de pessoal. Vale ressaltar o montante inscrito de Restos a Pagar não processados no montante de R\$47.301.397,44 o que causou um aumento no saldo atual total de restos a pagar no exercício. Diante do cumprimento do art. 42 da LRF cuja aplicabilidade está vinculada ao último ano do Mandato, este município fará o acompanhamento das contas e de seus Restos a Pagar a fim de deixar lastro financeiro para cobrir suas despesas e fará seus cancelamentos observando o que trata o Decreto nº 9.428, de 28 de junho de 2018 - Presidência da República.</p>
7	<p>DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA O Fluxo de Caixa em seus ingressos foi composto em grande parte por Transferências Recebidas que em sua maior parte recebidas pela União e a arrecadação de Impostos, taxas e Contribuição, equivalendo a um percentual total recebido de 58,75% e 23,41% respectivamente. No que concerne ao Reembolso a despesa com Pessoal e demais Despesas foi equivalente a 81,99% do total dos desembolsos. Resultando as Atividades Operacionais de forma positiva em R\$8.330.886,75. Em relação as Atividades de Investimentos só houve um desembolso de R\$37.778.892,22 em aquisição de ativos não circulante. No ano de 2022 houve um ingresso de Operações de Crédito-Financiamento liberado no montante de R\$22.487.401,87, contudo durante o ano houve desembolso de R\$11.233.945,12. A Geração Líquida totalizou um valor de R\$21.805.451,28 adicionado ao saldo inicial. Nas despesas por função, as despesas com Saúde equivaleram a 36,86% do total de Desembolso de Pessoal e demais Despesas por Função. Já as despesas na Função Educação equivaleram a 30,61% do total.</p>